



SALVADOR E SUAS CORES [2025]
Patrimônios Africanos e Afro diaspóricos em Espelho

TERRITÓRIOS NEGROS E A URBANIZAÇÃO DA ILHA DE ITAPARICA: UMA ABORDAGEM ÉTNICO-ESPACIAL E RELIGIOSA

Carlos Ferreira da Silva Filho¹

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo discutir perspectivas de estudo com base na conceitualização de territórios negros que se popularizam no cenário urbano de cidades brasileiras pelo nome de favelas. E a partir desse contexto problematizar o surgimento de novos territórios formados pela população afro-descendente provenientes de interstícios ocorridos pela modernidade urbana. Em vista disso, tem-se como proposta metodológica a priori debater a pluralidade enquanto essência da cultura brasileira que se apoia no direito à cidade assim como o processo de urbanização das metrópoles. Conjuntamente com essa discussão, aborda-se pontos do projeto urbanístico proposto para a Ilha de Itaparica para a preservação ambiental, cultural e a promoção do desenvolvimento sócio-econômico mais o territorial. Em seguida evidencia-se elementos histórico-sociais para elaboração conceitual dos patrimônios culturais da população negra bem como suas expressões na produção dos espaços rurais e urbanos. São discutidas no texto algumas estratégias utilizadas para isolar e controlar o convívio da população negra nos setores: social, econômico e habitacional. Por fim, é definida a compreensão de uma forma organizacional sócio-religiosa de moradores da Ilha de Itaparica cujo os desdobramentos urbanos reverberou no surgimento de novos territórios negros provenientes da convivência ajustada pelos ideais da modernidade.

Palavras- Chave: contexto urbano-social; religiosidade; território negro.

BLACK TERRITORIES AND THE URBANIZATION PROJECT OF ITAPARICA ISLAND: AN ETHNIC-SOCIAL AND RELIGIOUS APPROACH

Abstract: This paper aims to discuss study perspectives based on the conceptualization of Black territories popularized in the urban landscape of Brazilian cities under the name of favelas. From this context, it problematizes the emergence of new territories formed by the Afro-descendant population arising from the interstices created by urban modernity. Therefore, the a priori methodological proposal is to discuss plurality as an essence of Brazilian culture, supported by the right to the city, as well as the urbanization process of metropolises. Alongside this discussion, the proposed urban design for Itaparica Island addresses aspects of environmental and cultural preservation and promotion of socioeconomic and territorial development. It then highlights historical and social elements for conceptualizing the cultural heritage of the Black population, as well as its expressions in the creation of coexistence of the Black population in the social, economic, and housing sectors. Finally, the understanding of a socio-religious organizational form

¹ Doutorando em Arquitetura e Urbanismo pelo PPGAU-UFBA; Membro do Grupo de Pesquisa Etnicidades. carlosferreirafilho1206@gmail.com



SALVADOR E SUAS CORES [2025]
Patrimônios Africanos e Afro diaspóricos em Espelho

of residents of Itaparica Island is defined, whose urban developments reverberated the emergence of new black territories arising from coexistence adjusted by the ideals of modernity.

Keywords: black diaspora; modernity; Afro-Brazilian religiosity.

INTRODUÇÃO

O Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (PPGAU/UFBA), disponibiliza no seu quadro curricular componentes de estudos que abordam temáticas correlacionadas às relações étnico-raciais, cultura africana e cultura afro-brasileira. Esse exemplo de abordagem encontra-se nos conhecimentos da disciplina “*TE - Bairros negros: a forma urbana das populações negras no Brasil*”. Estudos que discutem a necessidade em discorrer conceitos sobre as populações negras na história de cidades brasileiras, a formação dos territórios negros por excelência bem como a produção do espaço urbano no Brasil. Em vista disso, este artigo objetiva uma análise urbano-social para compreender *como o segmento religioso do culto aos egípcios influenciou diretamente na formação de territórios negros decorrentes do processo de modernização intercorrido no Vilarinho de Ponta de Areia na Ilha de Itaparica?* Ressalta-se que se trata de uma temática inserida na composição das investigações que abordam as formas de apropriação e modificações de territórios ocupados pelas comunidades negras em metrópoles brasileiras (ocupação e redes de infraestrutura). Levando-se em conta, os impactos gerados pela urbanização impulsiva e especulação imobiliária em áreas quilombolas e comunidades-terreiro.

Na metodologia utilizada neste artigo sugestionou-se na primeira sessão, considerar as teorias de Daniela Battaia e Emerson de Oliveira, ao discutirem a fragilidade do Estado brasileiro em seus intentos para garantir a população o direito à cidade, relacionado fundamentalmente com a composição de espaços citadinos que possam proporcionar dignidade aos habitantes. Por conseguinte, foram analisados o amparo constitucional e os impedimentos para obtenção de



SALVADOR E SUAS CORES [2025]
Patrimônios Africanos e Afro diaspóricos em Espelho

melhores resultados a respeito dos instrumentos que compõem o Estatuto da Cidade. Nessa perspectiva, apresenta-se no artigo pontos que dialogam com o Plano Urbanístico Integrado (PUI), referente aos Municípios de Itaparica e Vera Cruz. Um planejamento para a realização de estudos urbanísticos bem como elaboração de instrumentos de política urbana para o planejamento do território de Itaparica, com o objetivo de garantir a preservação ambiental, promoção do desenvolvimento sócio-econômico e o desenvolvimento territorial. No decorrer deste diálogo, segue uma breve análise sobre os possíveis impactos do PUI para o contexto de comunidades-terreiro localizadas na Ilha de Itaparica.

Na sessão seguinte do texto, o diálogo se fundamenta pelos argumentos de Henrique Cunha e Michele Sommer, pensadores que discutem aspectos das relações de poder no espaço urbano que diferenciam e estigmatizam áreas de maior contingente populacional afro-descendente nas cidades brasileiras. Essa teoria corrobora uma sintética abordagem referente a morfologia espacial de assentamentos de grupos sociais negros, evidenciando uma certa invisibilidade histórica sobre suas heranças morfológicas.

Por fim, buscou-se contextualizar alguns espaços comunitários emergentes de elementos sócios-histórico e religiosos enquanto herança cultural de moradores do Vilarejo de Ponta de Areia situado na Ilha de Itaparica no Estado da Bahia, tendo em sua ocupação pessoas que descendem de povos escravizados. Uma população que lutou e continua lutando para conservar suas práticas religiosas e sua identidade sociocultural diante às transformações ocorridas no quadro urbano de Itaparica. Cujo resultado possibilitou composições territoriais que emergiram a partir do deslocamento de comunidades-terreiro egungum, para se consolidar como territórios negros de afirmação africano-brasileira. Contudo, correndo o risco iminente de ser afetadas pela especulação imobiliária.



SALVADOR E SUAS CORES [2025]
Patrimônios Africanos e Afro diaspóricos em Espelho

O DIREITO A CIDADE E O PROJETO URBANO PARA A ILHA DE ITAPARICA

A pluralidade enquanto essência da cultura brasileira intrínseca ao território nacional e aos costumes impressos na própria paisagem pouco se faz percebida nas formas de urbanização, especialmente dos espaços das grandes metrópoles. Conforme Battaus e Oliveira (2016), essa discussão diz respeito a uma determinada organização espacial que provem das condições sócio-econômicas de seus habitantes, caracterizando o solo urbano como uma mercadoria para as ações dos agentes produtores da cidade. Tendo em conta os argumentos dos autores, os objetos de proteção relacionados ao meio ambiente, qualidade de vida, ao patrimônio histórico-cultural bem como das relações de consumo são direitos metaindividuais que se associam a vivência social da população reproduzindo qualitativamente a vida em sociedade.

Pelas constatações exibidas por Daniela Battaus e Emerson de Oliveira no parágrafo acima, cita-se como exemplo de um projeto para a cidade, o Plano Urbano Intermunicipal (PUI) construído para a questão territorial da Ilha de Itaparica. Um instrumento de planejamento que traz no seu contexto a proposta de uma gestão compartilhada entre os municípios de Itaparica e Vera Cruz, em ação conjunta com o Governo do Estado. Convém, no entanto, ressaltar que o Município de Vera Cruz é considerado como a área urbana da Ilha de Itaparica com sede central no Distrito de Mar Grande. O Município de Itaparica por sua vez, possui uma variedade de bens naturais como manguezais, praias, fontes hidrominerais e a mata atlântica, além disso conta com vasto patrimônio sócio-cultural, como as comunidades religiosas de matriz africana, igrejas barrocas, uma fortificação do século XVII, as festas tradicionais religiosas e populares.

A proposta do Plano Urbanístico Integrado para a Ilha de Itaparica tem exposto no seu objetivo operacional um planejamento estabelecido por um conjunto de



SALVADOR E SUAS CORES [2025]
Patrimônios Africanos e Afro diaspóricos em Espelho

diretrizes e ações com prazos estipulados. Para o desenvolvimento do projeto foi definido um prazo imediato demarcado entre os anos de 2016 e 2019 (quatro anos), em seguida um curto prazo que se iniciou no começo do ano 2020 indo até 2023 (quatro anos), logo depois ficou estabelecido um médio prazo que começou em 2024 com final previsto para 2031 (oito anos). E por fim, o PUI estabeleceu um prazo mais longo, totalizando 20 anos a se iniciar em 2032 com final marcado para o ano de 2052. Tendo como perspectiva, alcançar um cenário sustentável de desenvolvimento para Itaparica². Na prática, em se tratando de desenvolvimento humano com lucidez, o direito à cidade deve estar associado ao incremento da qualidade de vida digna para a população, assim como a valorização do patrimônio sócio-cultural que precisa estar atrelada ao direito de moradia e ao transporte público, levando-se em conta os registros de Battaus e Oliveira (2016). Esses direitos estão implantados no artigo 6º da Constituição Brasileira respectivamente pelas Emendas nº 26/2000 e nº 90/2015. Por isso, torna-se oportuno uma breve reflexão sobre o processo de urbanização da Ilha de Itaparica, assunto a ser tratado mais a frente, pois se materializa também como uma política urbana anunciada pelo PUI que pode afetar comunidades-terreiro tradicionais da região.

Cabe assinalar que pelas interpelações de Daniela Battaus e Emerson de Oliveira (2016), ao longo das últimas décadas do século XX os movimentos migratórios do ambiente rural para o ambiente urbano que aconteceram nas cidades brasileiras ficaram evidentes. Por isso, uma boa parte da ocupação espacial presente nos espaços das metrópoles se caracterizam sobretudo pelo poder aquisitivo da sua população. As regiões mais abastecidas pelas redes de infraestrutura urbana e equipamentos que prestam esses serviços, fatalmente

² <https://polis.org.br/publicacoes/pui-plano-urbano-intermunicipal-itaparica-e-vera-cruz>



SALVADOR E SUAS CORES [2025]
Patrimônios Africanos e Afro diaspóricos em Espelho

passam a constituir as áreas com um maior valor de mercado nos espaços das cidades em detrimento das regiões desprovidas dos serviços urbanos.

Ainda com referências em Battaus e Oliveira (2016), as camadas sociais de menor rendimento se instalaram nas regiões vistas economicamente mais acessíveis e que carecem de inúmeros bens necessários (saneamento básico, transporte, fornecimento de água entre outros serviços). Trata-se de elementos para sua reprodução e mínima qualidade de vida urbana, o que amplia o conceito para habitação. Aqui, torna-se pertinente destacar o estudo de Milton Santos (2008), uma vez que o autor abordou a geografia urbana de Salvador evidenciando certas circunstâncias sócio-econômicas que foram favoráveis ao fortalecimento metropolitano. Fenômeno que também influenciou diretamente no crescimento demográfico de Salvador no decorrer do século XIX. Nessa perspectiva de análise, na época sob a qual o estudo se refere (século XIX), ciclos da seca e a falta de oportunidades de trabalho exacerbaram o êxodo da população sertaneja rumo a Salvador. Essas ocorrências representaram os deslocamentos de retirantes motivados pela esperança em encontrar alguma forma de trabalho e melhores condições de vida no ambiente da metrópole, influenciando inclusive o cenário urbanístico da cidade. Assim explica Milton Santos (2008):

Essa afluência de imigrantes vai refletir-se na paisagem pelo alargamento do quadro urbano, que estava mais ou menos imutável desde a primeira metade do século XVIII. Para o Sul é construído o bairro da Vitória, construído por grandes e belos palacetes, rodeados de jardim, residências de uma burguesia enobrecida pela exploração da terra. Para o norte formam-se os bairros da classe média e pobre. Essa extensão da cidade tornou-se possível pela instalação das novas vias de comunicação e meios de transportes: em 1855, são construídos os viadutos para ligar Nazaré e Barbalho, Federação e Pedra da Marca, em 1868, a cidade já possui os primeiros transportes coletivos; em 1869,



SALVADOR E SUAS CORES [2025]
Patrimônios Africanos e Afro diaspóricos em Espelho

novas empresas de transporte se instalam; em 1874, inaugura-se o elevador hidráulico (Carvalho, 1957), para favorecer as comunicações da Cidade Alta com a Cidade Baixa, que é o centro comercial (p.46).

Pelos levantamentos realizados por Milton Santos, a composição social da população urbana de Salvador reflete-se diretamente nas formas de ocupação do espaço citadino, pois as pessoas ficavam enriquecidas pelo comércio ou pela indústria, como os banqueiros, exportadores e especuladores imobiliários que conseguiram construir belos e luxuosos imóveis nas chamadas zonas nobres da cidade como os bairros da Graça e da Barra. Enquanto a população menos favorecida social e economicamente ocupava os espaços vazios para construir suas residências que ficaram conhecidas por favelas. Os argumentos de Battaus e Oliveira (2016) prosseguem na mesma linha de interpretação de Milton Santos, ao sinalizarem que é necessário ponderar sobre a questão da localização da terra urbana no tocante a ser mais ou menos valorizada nas cidades brasileiras, afinal, as áreas centrais e suas imediações são aquelas mais equipadas e por isso supervalorizadas.

Portanto, a periferização da cidade enquanto mecanismo de expansão urbana consiste num fenômeno que pode estar vinculado à condição sócio-econômica dos seus habitantes e surge como um dos grandes desafios para as gestões públicas das cidades brasileiras. Visto que a retenção especulativa de imóveis e terrenos nas metrópoles, trata-se de uma ação que acentua uma certa segregação sócio-espacial. Isso porque blinda as áreas urbanizadas e inviabiliza as possibilidades de instalação de grupos sociais com menor rendimento. A irregularidade fundiária é um processo histórico e comum no ambiente das metrópoles, fruto do crescimento urbano desordenado também pela ausência de ações governamentais destinadas para essas formas de desenvolvimento. Complementando essa discussão, segue na próxima sessão uma série de



SALVADOR E SUAS CORES [2025]
Patrimônios Africanos e Afro diaspóricos em Espelho

formulações provenientes da política habitacional brasileira que se caracteriza pela forma urbana tida como favela para conceituar os territórios negros na formação das cidades.

A FORMAÇÃO DOS TERRITÓRIOS NEGROS NAS CIDADES: CONCEITOS E MORFOLOGIA URBANA

O debate sugerido nesta sessão propõe uma breve reflexão sobre o processo de povoamento de cidades brasileiras e conceitos que constituem a formação dos bairros negros nas formas de urbanização das metrópoles. Eis então que, para auxiliar essa discussão tem-se os estudos do professor Henrique Cunha e da pesquisadora Maria Farias Sommer, pensadores que se debruçaram na elaboração conceitual dos patrimônios culturais da população negra com suas expressões na produção dos espaços rurais e urbanos. Michele Sommer (2005) sinaliza para a contribuição social da população negra e a sua inserção no Brasil marcada pelas práticas coersitivas. A autora refere-se as estratégias utilizadas para o isolamento e o controle do convívio social da população negra no campo social, econômico, educacional e habitacional. Consiste numa contextualização histórico-social e cultural que adentra no imaginário do povo brasileiro excluindo também o espaço urbano. Todavia, no decorrer do período pós-abolicionista muitos territórios ocupados pelos afro-descendentes estavam situados nas áreas centrais, porém com o crescimento das cidades brasileiras esses assentamentos foram removidos para serem reassentados em espaços com limitações de infraestrutura urbana:

Quando os assentamentos étnicos, contrariando o processo da lógica de ocupação espacial dominante na cidade, resistem à expulsão e configura sua territorialização firmando-se como grupo étnico contemporâneo em uma rede comunitária de auto-proteção, constituem as designadas áreas remanescentes de quilombos (SOMMER, 2005, p. 20).



SALVADOR E SUAS CORES [2025]
Patrimônios Africanos e Afro diaspóricos em Espelho

A autora destaca que estão associadas aos territórios negros as características dos laços familiares, o uso da terra e as relações políticas com a sociedade envolvente. Eis então que, as formas de sociabilidade e a memória de seus habitantes são influenciadas pelas origens da cultura ancestral. Sommer (2005) também explica que os territórios ocupados pela população negra até pouco tempo eram compostos por comunidades rurais e, atualmente inserem-se na cidade pela expansão da malha urbana que os englobou a partir de processos migratórios provenientes do êxodo rural ou das migrações citadinas internas. Na concepção de Henrique Cunha, a formação histórica e cultural do Brasil são fenômenos resultantes de relações sociais entre as populações africanas com seus descendentes e populações europeias também com seus descendentes. Assim diz Cunha (2020): “[...] *A cultura brasileira é em enorme proporção a cultura de base africana transformada pelas relações sociais brasileiras*” (p. 17). Por isso, formas culturais da população negra reverbera em todos os campos e classes sociais da cultura brasileira.

Considerando os relatórios de Henrique Cunha (2020) concerning as formas sócio-culturais relacionadas a população negra no Brasil, é preciso destacar que a pesquisadora Michele Sommer segue na mesma linha interpretativa e, se atenta especificamente à caracterização morfológica dos territórios urbanos doravante a vertente social proporcionada pela herança histórica comum, a exemplo das áreas remanescentes de quilombos. Partindo desse paradigma territorial, o fenômeno relacionado aos territórios urbanos negros passa a ser estudado com base na abordagem histórico-morfológica para a compreensão da morfologia social negra que se insere numa determinada área da cidade. A existência de áreas habitadas pelos grupos sociais heterogêneos consistem em um tipo de assentamento relativamente comum nas cidades. E o que distingue os núcleos étnicos, é a natureza das regras codificadas pela convivência do



SALVADOR E SUAS CORES [2025]
Patrimônios Africanos e Afro diaspóricos em Espelho

próprio núcleo. Segundo Sommer (2005): “[...] *As diferenças entre os tipos de assentamento geram divisões entre os domínios públicos e privados*” (p. 30). Os tipos de assentamentos variam tanto no tamanho quanto na organização espacial interna recordando os povos de origem. No âmago dessa discussão, ao abordar a pobreza urbana ou desigualdades sociais, Cunha (2007) atenta que é preciso incluir e discutir a especificidade afro-descendente, porque são populações resultantes dos processos de imigrações provenientes da produção do escravismo e possui uma história em comum com o Brasil.

As noções a respeito da afro-descendência explicam que o espaço geográfico é formado a partir de uma construção histórica que além da natureza das populações também estruturam suas identidades e sua diversidade. Para este cenário, Cunha (2007) faz um esclarecimento: “[...] *Nós começamos a trabalhar esse conceito de territórios de maioria afrodescendente a partir de estudos de comunidade de quilombo urbanas incrustadas dentro de cidades pequenas, de menos de 50 mil habitantes*” (p. 71). Logo, Henrique Cunha define que a cultura de um território de maioria afro-descendente pode ser traduzida pelo conjunto de repertórios culturais que se fazem presente no espaço geográfico.

A denominação de quilombo urbano citada pelo professor Henrique Cunha acima, designou as concentrações habitacionais das populações escravizadas fugidas com o intuito de constituir na época da escravidão uma sociedade paralela à sociedade hegemônica, funcionando enquanto cultura de resistência. Já Michele Sommer, evidencia os processos sócio-históricos locais e regionais que produziram algumas singularidades. Assim exhibe Sommer (2005): “[...] *Na Região Sul, por exemplo, é importante levar em conta a especificidade e a complexidade do fenômeno da territorialidade negra em virtude da maciça imigração européia, acentuadamente italiana e alemã, que produziram mitos*



SALVADOR E SUAS CORES [2025]
Patrimônios Africanos e Afro diaspóricos em Espelho

sobre a *“ideologia do branqueamento”* (p. 87). A autora direcionou essa análise principalmente ao Estado do Rio Grande do Sul, lócus da sua abordagem.

Pela análise de Michele Sommer, o conceito de quilombo na atualidade pode ser interpretado a partir da dimensão global atribuída ao fenômeno. Em outras palavras, a pertença diz respeito as coletividades descendentes de populações afro-brasileiras que podem ser identificadas através de vínculos sócio-culturais cuja a sua historicidade se traduz na demanda social pelo reconhecimento e pela regularização fundiária. A questão da identidade cultural do quilombo contemporâneo assim como a inclusão das áreas intituladas de remanescentes, na essência dessa terminologia, encontram-se relacionadas e compreendidas com as suas trajetórias históricas, atreladas as estratégias de sobrevivência e de autodeterminação. Por isso, Michele Sommer identifica a configuração da demanda social ou a existência de um espírito coletivo numa comunidade negra tradicional, como as redes de parentesco, o esforço para manter as unidades familiares em um território e as redes comunitárias de auto-proteção, como as comunidades quilombolas.

Segundo Cunha (2020), para o convívio da população negra brasileira o século XX representou a transição da produção do escravismo para a sociedade do capitalismo, a transição entre mundo rural e mundo urbano. Enquanto a ciência foi utilizada com o propósito de declarar a população negra como propensa ao crime e culturalmente incapaz de assimilar a civilização. Em vista disso, as religiões e as culturas de matriz africana sofreram permanente repressão pelo estado também pela imigração de europeus, uma política estatal contrária aos interesses da classe popular. Melhor dizendo, foi estabelecida pelo estado uma política pública com intuito de melhorar a raça brasileira e civilizar o país a partir da imigração. Os modelos científicos europeus empregados na sociedade brasileira passaram a ser considerados obstáculos sociais, visto que eram



SALVADOR E SUAS CORES [2025]
Patrimônios Africanos e Afro diaspóricos em Espelho

modelos universais que tratavam somente das especificidades da Europa. Relacionado ao capitalismo europeu que se generalizava e tratava a humanidade de maneira genérica e uniforme com os mesmos determinismos históricos. Para Henrique Cunha, outro obstáculo imposto às ciências sociais brasileira foi a adoção da ideologia da mestiçagem sob a qual ocorreu um empenho na divulgação pelo estado e pelos intelectuais que se encontravam na elite brasileira das diversas vertentes ideológicas.

Uma cidade é composta pelos bairros sob os quais as pessoas convivem e, é justamente por essas vias que a diversidade humana se manifesta. Um dos problemas presente numa determinada sociedade trata-se da sua mediação com a diversidade de grupos sociais. É importante ressaltar que a produção da identidade individual, coletiva e das oportunidades de vida estão em grande proporção associadas à vida nos bairros. Asiim Cunha (2020) descreve:

O desenho urbano, entendido como o desenvolvimento e consolidação de como é efetivamente estabelecida a cidade moderna, é mediado e executado por urbanistas, num campo de consensos e conflitos de interesses sociais, políticos, culturais e econômicos, no entanto pautado e submetido ao conhecimento científico. Além dos urbanistas, participam desse desenho urbano e das discussões de arquitetos, engenheiros, geógrafos, sociólogos, sanitaristas, ambientalistas e juristas (p.22).

Como foi citado acima, o padrão de urbanização do solo brasileiro imprimiu nas metrópoles conceitos e formas de concebê-las baseados na coletânea técnica utópica europeia. A partir daí formalizou-se o conceito de padrão periférico referente a tudo que engloba um loteamento ilegal, uma auto-construção ou até mesmo relacionado aos conjuntos habitacionais desprovidos de equipamentos urbanos e espaços públicos. Padronizou-se a cidade dividida em área informal (sem tecnologia, planejamento e investimentos), e área formal (concentrada de investimentos públicos, espaço planejado e aplicação das tecnologias urbanas).



SALVADOR E SUAS CORES [2025]
Patrimônios Africanos e Afro diaspóricos em Espelho

Pelo entendimento de Henrique Cunha (2020), os bairros e os espaços onde se concentram as populações negras receberam caracterizações de cidades clandestinas, irregulares, periféricas e assim passaram a representar espaços à margem do pensamento referente ao processo de urbanização. Logo, trata-se de espaços que surgem como territórios socialmente excluídos do desenho urbano planejado, sem investimentos proporcionais à densidade da população e desprovidos de importância da forma urbana das populações negras.



Figura 1 Bairro da Liberdade. Fonte:

<https://www.google.com/search?q=Fotos+do+Bairro+da+Liberdade>

O processo de povoamento do Bairro da Liberdade em Salvador por exemplo, ocorreu no pós-abolição. No período que se deu essa ocorrência o território foi ocupado por uma população de libertos, fato que justifica uma concentração populacional majoritariamente negra na região. Historicamente o território da Liberdade é visto como uma das áreas importantes da Cidade de Salvador no que diz respeito a luta pela independência da Bahia. A localidade foi uma longa e importante rota comercial que serviu como porta de passagem para o gado bovino oriundo do Recôncavo Baiano, o que originou o nome de Estrada das



SALVADOR E SUAS CORES [2025]
Patrimônios Africanos e Afro diaspóricos em Espelho

Boiadas. Na atualidade a região da Liberdade tem como áreas adjacentes os bairros da Lapinha, Soledade, Sieiro, Curuzu, Caixa D'água, Pau Miúdo, Largo do Tanque e San Martins³. Depreende-se dessa composição que a definição do espaço fundamenta-se tanto pela história quanto pelos costumes da sociedade que lhe origina. Cabe assinalar que esses territórios também se modificam por conta dos mais variados agentes sociais que sobre eles atuam.

Sommer (2005) define que no espaço urbano de uma cidade encontra-se o processo cumulativo cultural que ao longo dos tempos revela a história e os costumes da sociedade em que nela o espaço está inserido e, onde todos os atores sociais são agentes ativos na produção social do espaço. Ou seja, a forma urbana remete à abordagem dos processos de organização da cidade juntamente com suas características configurativas. Uma vez que a forma da cidade enquanto área de conhecimento existe em razão da demanda social e, sua conceituação é relacional, pois refere-se ao papel social na produção do espaço. Esses conceitos auxiliam compreender a discussão da composição de territórios negros no cenário urbano-social da Ilha de Itaparica, discutidos na próxima sessão. Consiste numa relação entre o espaço analítico abstrato, o surgimento de espaços-território e os impactos sofridos pela urbanização.

TERRITÓRIOS NEGROS DE MEMÓRIA E IDENTIDADE SÓCIO-RELIGIOSA

Inicia-se essa sessão debatendo o princípio fundador da Ilha de Itaparica que realça a presença inaugural dos primeiros habitantes (comunidade indígena tupinambá) e, em seguida a chegada de populações africanas escravizadas no território. Ubaldo Osório Pimentel (1979) inspirado em cronistas que abordaram

³ <https://liberdadennossobairronossaidentidade.wordpress.com/>



SALVADOR E SUAS CORES [2025]
Patrimônios Africanos e Afro diaspóricos em Espelho

o cenário histórico do descobrimento da Baía de Todos os Santos, evidencia a participação do povo tupinambá na questão étnico-social que se faz presente nos aspectos históricos e culturais de Itaparica. Grupo indígena que realizou os primeiros contatos com os colonizadores portugueses, comunidade da qual descendia Catarina Paraguaçu, filha do cacique da Ilha conhecido pelo nome de “*Taparica*”. Pelas informações de Ubaldo Osório, a naus que estava sob a pertença do padre conhecido por Luiz da Grã e seus companheiros foi a primeira embarcação portuguesa que ancorou na Ilha de Itaparica. Logo em seguida foi iniciada a construção da Igreja de Vera Cruz, finalizada no ano de 1561, uma basílica que simboliza a relação dos portugueses com o aldeamento tupinambá. Pimentel (1979) percebe que existem algumas versões para o nome da Ilha de Itaparica e explica: “[...] *Nos antigos mapas da Baía de Todos os Santos, está a mesma ilha assinalada como TAPARICA*” (p. 195). Fato decorrido pela tradição indígena que apontava o cacique “Taparica”, como uma liderança dos tupinambás, com o passar do tempo o nome *Itaparica* passou a ser utilizado em documentos oficiais.

Seguindo pistas deixadas por Gilberto Freire, Ubaldo Osório registrou algumas contribuições das populações africanas nas formas de produção na Ilha de Itaparica, como as plantações de cana de açúcar, a pescaria e outras formas de trabalho. Pimentel (1979) também destacou: “[...] *Foram os negros, trazidos d’África, nos meados do século XVII, pelo capitão Athayde que introduziram, na ilha, o candomblé, com seus Babalaôs, seus Axoguns e suas lalorixás*” (p. 318). Ao tratar da conjuntura da religiosidade africano-brasileira na Ilha de Itaparica, o historiador Ubaldo Osório menciona a relevância da ancestralidade do culto



SALVADOR E SUAS CORES [2025]
Patrimônios Africanos e Afro diaspóricos em Espelho

egungum e destaca as áreas detentoras dessas comunidades-terreiro, como o Vilarejo de Ponta de Areia e o território do Tuntum⁴.

Com o propósito de compreender a organização social de moradores da Ilha, Júlio Braga estudou a convivência da comunidade de Ponta de Areia, onde o culto aos ancestrais egungum representa uma experiência sagrada e de impacto social no seio da sua população. Diz Braga (1992): “[...] *o culto de babá egum - desempenha papel primordial na construção do cotidiano das pessoas que ali vivem*” (p. 21). O antropólogo busca a compreensão da força religiosa geradora do segmento religioso que se faz presente nas normas comportamentais e nos aspectos mais privados dos grupos domésticos.

Júlio Braga descreve que o Vilarejo de Ponta de Areia localizado na orla da Ilha de Itaparica, surgiu com as características de uma comunidade de pescadores com a sociabilidade composta por identidades específicas que estruturavam um grupo religioso instituindo valores sociais em muitos setores de convivência de uma população que descende de povos escravizados e reside no território.

Pela percepção de Henrique Cunha, a conceituação da ancestralidade consiste num valor social presente em sociedades tradicionais que resistem mesmo diante dos processos de urbanização ou pela presença de religiões de matriz europeia no território. Os ancestrais mais antigos são considerados como sagrados, são cultuados e respeitados como iniciadores de uma cultura do povo, assim diz Cunha (2010): “[...] *Na ancestralidade reside a definição de uma família, de grupos locais, de etnias e de povos africanos*” (p. 86). Os ancestrais são importantes tanto para a construção da identidade quanto para a construção

⁴ Fábio Macedo Velame (2020) explica que o espaço do “Tuntum” representa um antigo reduto de africanos onde hoje está o bairro do Barro Branco. Veja-se VELAME, “O culto egungum no Brasil diáspora, ancestralidade e resistência negra nas cidades brasileiras”. In: Revista da ABPN, v. 12, n. 34, Set - Nov. 2020, p. 105.



SALVADOR E SUAS CORES [2025]
Patrimônios Africanos e Afro diaspóricos em Espelho

da territorialidade de populações africanas na diáspora. Portanto, Henrique Cunha sinaliza que o processo de ancestralidade implica também numa visão sobre a morte enquanto continuidade da vida inteligente no mundo invisível e o seu ressurgimento noutra vida corpórea no mundo visível.

Na discussão de Henrique Cunha (2007) também percebe-se o conceito de território negro, elaborado para demonstrar a natureza de uma população afro-descendente, ele pronuncia: “[...] *São espaços urbanos em que encontramos outros grupos sociais de origens históricas e culturais diversas, mas encontra-se a população afro-descendente como maioria, sendo esta que determina a dinâmica cultural e social desses territórios*” (p.70). Encontra-se um ponto de convergência entre o conceito de território, a realidade social bem como a política habitacional presente no Vilarajo de Ponta de Areia. Visto que se trata de uma área com características de um território eminentemente negro.

Para funcionar de acordo com o escrito acima, nota-se que Santana Sobrinho (2021) em seu livro: “*Terreiros Egùngùn: um culto ancestral afro-brasileiro*”, também descreveu que o povoado de Ponta de Areia formou-se por antigos pescadores de baleias, marisqueiras e coletores de frutas no período do verão. Já a pobreza no local assolava a comunidade de forma forte e violenta, em compensação os terreiros de candomblé do culto egungum simbolizavam uma forma de resistência para a situação de penúria, porque possibilitava a manter uma identidade permanente. Uma identidade que se instaurou pelo sentimento de pertença a sua sociedade religiosa egungum.

Michele Sommer (2005) argumenta que os grupos étnicos compartilham um determinado espaço, consequentemente esses grupos compartilham também uma determinada história montada sobre a continuidade imaginária de vínculos genealógicos. Portanto, a continuidade de uma etnia depende da capacidade de um determinado grupo manter simbolicamente suas fronteiras preservando uma



SALVADOR E SUAS CORES [2025]
Patrimônios Africanos e Afro diaspóricos em Espelho

codificação permanentemente, que se renova das diferenças culturais e o distingue de outros grupos sociais. Nesse sentido, o fenômeno religioso do culto egungum origina uma profunda noção de laços familiares e solidários entre seus membros, reverberando um sentimento de autoestima, valorização e dignidade. São laços solidários marcados pela singularidade e especificidade de um universo sócio-cultural que impulsiona o surgimento de outros territórios, a exemplo da Comunidade do Alto da Bela Vista e o Distrito do Barro Branco.

No transcorrer da década de 1980, o Vilarejo de Ponta de Areia conforme ilustrado pelas cenas do documentário *“Ilha de Itaparica - Parte 1”*, produzido pela Sociedade de Estudos da Cultura Negra no Brasil (SECNEB), evidenciou um aumento significativo no fluxo de veranistas em territórios da Ilha de Itaparica⁵. Diante disso, é importante ressaltar que o Vilarejo de Ponta de Areia consistia numa área habitada apenas por moradores locais, as casas eram construídas com a utilização da técnica da taipa (paredes construídas de barro e madeira), cobertas com palhas e localizadas bem próximas a região da praia. Mas, a especulação imobiliária proveniente do processo de edificação de casas para veranistas, potencializou o recuo das moradias da população que habitava no espaço da orla.

Os relatos de Braga (1992) evidenciam que o processo de ocupação espacial dos veranistas redefiniu e adaptou uma nova ordem social que se deu nas comunidades da Ilha de Itaparica. O antropólogo também explica como estava composta a população permanente do Vilarejo de Ponta de Areia em época, “[...] *é fundamentalmente constituída por descendentes de Eduardo Daniel de Paula, fundador do culto aos ancestrais, o culto de babá egum e de tantos quantos vinculados àquela família por um complexo sistema de parentesco*” (p. 24-25).

⁵ <https://www.youtube.com/watch?v=ciZPLR3HpFo&t=2231s>



SALVADOR E SUAS CORES [2025]
Patrimônios Africanos e Afro diaspóricos em Espelho

Acrescenta-se ainda a essa composição familiar, as pessoas que se associavam através dos laços de parentesco religioso que se intecruzam com as pessoas de parentesco prevalecente, garantido-lhes igual nível de aceitação no grupo familiar. Todavia, esse parentesco religioso citado pelo antropólogo Júlio Braga (1992), desempenha um importante papel no seio das relações sociais, porque é mantido como força que restaura as tramas parentais que são identificadas apenas pela intermediação do culto egungum.

Braga (1992) esclarece que o culto egungum foi implantado a princípio numa área não residencial, atrás de um braço de mar que separava a zona da mata da zona da praia e de pequenas roças que existiam nas imediações do Vilarinho de Ponta de Areia. Mas, a construção de casas nas proximidades do barracão que funcionava nas proximidades da orla, impulsionou a comunidade a buscar um espaço mais reservado para dá continuidade as suas práticas religiosas. Contando com o auxílio de parentes, amigos e simpatizantes, Eduardo Daniel de Paula adquiriu um terreno e edificou um novo barracão onde estava situada uma mata de difícil acesso, intitulada de Barro Vermelho. Consistia numa área de mata densa distante da praia de Ponta de Areia e escondida pelo morro do Alto da Bela Vista. Um espaço com certa privacidade e segurança para o culto egungum contra as investidas da polícia e de pessoas curiosas.

Alguns anos mais tarde (precisamente em 1963), a comunidade-terreiro mudou a sua localização indo se instalar no Alto da Bela Vista, onde residiam poucas pessoas. No entanto, o espaço deste território tornava-se mais habitado no período em que ocorriam os festejos, quando as pequenas casas construídas na região passavam a ser utilizadas de forma mais intensa. Esse movimento deu início a formação da comunidade, que assim foi relatada por Júlio Braga (1992):

Essa última mudança contou com a decidida colaboração de Bibiana Maria do Espírito Santo, mãe Senhora, uma falecida ialorixá do Centro



SALVADOR E SUAS CORES [2025]
Patrimônios Africanos e Afro diaspóricos em Espelho

Cruz Santa do Axé Opô Afonjá, que ocupou prestigiado posto de iá-ebé na comunidade religiosa consagrada a Babá Aboulá, nome pelo qual é conhecido o terreiro de Bela Vista, sem dúvida, uma das mais importantes comunidades religiosas afro-brasileiras (p. 31).

Na comunidade que se formou no território do Alto da Bela Vista passaram a residir algumas famílias cuja grande maioria era formada pelos parentes e membros da sociedade egungum. Sendo assim, constituída por uma extensa família de laços consanguíneos e religiosos que descendiam de Eduardo Daniel de Paula. Pela compreensão do pesquisador Fábio Velame (2007), uma grande relevância do culto aos ancestrais egungum no povoado consiste num certo elemento de coesão grupal que liga o tempo passado ao tempo presente. Em vista disso, ele percebe a influência religiosa que ocorre na esfera social dos membros integrantes dessa religiosidade. Isso acontece tanto nos espaços públicos quanto nos espaços privados no Alto da Bela Vista, considerada como uma comunidade que migrou da área do Vilarejo de Ponta de Areia.

Levando em conta os conceitos relacionados pelos estudos de Henrique Cunha (2007), faz-se necessário ponderar que a cultura de um determinado território de maioria afro-descendente pode ser traduzida pelo conjunto de repertórios culturais presentes no espaço geográfico para integrar o contexto social do território. Em vista disso, as arquiteturas que compõem os territórios negros em maior proporção são construídas pela população afro-descendente e, monta o repertório construtivo da comunidade. O arranjo espacial dos núcleos negros também contém um conjunto de percursos e rotas gerados pela população que habita no entorno e, dão suporte à diversidade dos elementos que compõem a estrutura social da sua localidade (situação econômica, cultural, educacional, urbana entre outros elementos).



SALVADOR E SUAS CORES [2025]
Patrimônios Africanos e Afro diaspóricos em Espelho

Segundo a pesquisadora Michele Sommer (2005), descrever espacialmente os territórios que são caracterizados como negros implica em elaborar um sistema de percursos sócio-culturais com um olhar atento para as barreiras sociais e as condições habitacionais que funcionam como ordenadores espaciais. Já os corpos em movimento criam espaços produzidos pelo seu proposto dinamismo espacial, ou seja, a simples descrição de um sistema de rotas pode informar a maneira como os núcleos são percorridos e suas gradações de acessibilidade. Um exemplo disso pode ser visto no deslocamento das pessoas ao subirem e descenderem a ladeira que interliga o Alto da Bela Vista ao Vilarejo de Ponta de Areia, principalmente durante os períodos de festejos religiosos que ocorrem no Terreiro Ilê Agboulá. Ver-se na imagem a seguir.



Figura 2 ladeira do Alto da Bela Vista. FONTE: VELAME, Fabio Macedo. A arquitetura do terreiro de candomblé de culto aos egum: o Omo ilê aboulá. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 2007, p. 349.

O culto egungum fundamentou a ocupação espacial da comunidade do Alto da Bela Vista. Um fato que também impulsionou o surgimento de outras casas de culto aos eguns e a formação de novos territórios negros. Júlio Braga (1992) revela que próximo ao Terreiro Ilê Agboulá já com o seu funcionamento no Alto da Bela Vista, foi inaugurado um outro terreiro, que ficou conhecido pelo nome



SALVADOR E SUAS CORES [2025]
Patrimônios Africanos e Afro diaspóricos em Espelho

de Barro Branco. A professora Agnes Mariano (2009) exhibe que Olégario Daniel de Paula, um sacerdote integrante do clã Daniel Paula, “[...] *Desapontado com a decisão do irmão Eduardo e do sobrinho Antônio em transferir o Terreiro do Barro Vermelho para Bela Vista, (...) se afastou dedicando-se ao culto a Bakabaká e Olukotun*” (p. 78 -79). Esse pronunciamento diz respeito a provável formação do espaço que depois ficou conhecido como o Distrito do Barro Branco, localizado a poucos metros da Comunidade Bela Vista. Pelas tradições religiosas e históricas do culto egungum, tudo leva a crer que o território do Barro Branco emergiu a partir da dissidência que ocorreu entre os membros da família Daniel de Paula. Uma ocorrência que entecruza-se com a mudança do barracão que funcionava na área da Mata do Barro Vermelho para o Alto da Bela Vista, onde está funcionando até hoje. Desde então, torna-se importante salientar que a nomeação do território do Barro Branco foi impulsionada pela ocupação do sacerdote conhecido por Olegário Daniel de Paula e, assim ficou reconhecida pela população habitante da região e pela Prefeitura do Município de Itaparica. Segue a imagem da placa que identifica os territórios:





Figura 3 identificação do território do Barro Branco e Alto da Bela Vista. Fonte: Ferreira. Acervo Carlos Ferreira. Salvador 2024.

Conforme decorrido, o espaço geográfico se revela como uma base para os processos da cultura, da formação das identidades e das relações sociais. A história de uma determinada cidade se constrói pela forma como seus habitantes ordenam as relações sociais e comportamentais com a terra e, a trama acontece orquestrada pela identidade grupal. Segundo as informações de Muniz Sodré (2002), a ideia de território coloca de fato a questão da identidade por se referir a demarcação da diferença entre os espaços habitados, onde passa-se a conhecer as ações relativas a um certo grupo, o que implica também em localizá-lo territorialmente. Todavia, a articulação do território ocupado com o tempo impulsiona possíveis formas de apropriação e representação espacial que ocorrem num espaço central. Esse acontecimento demanda uma mutação acelerada de estados temporais pressupostos pela história sócio-cultural de uma área específica.

A RELAÇÃO ENTRE A URBANIZAÇÃO DE ITAPARICA E TERREIROS DO CULTO EGUNGUM

A descrição de elementos urbanísticos da Ilha de Itaparica e sua relação com as comunidades-terreiro do culto egungum preliminarmente se dá através de estudiosos, tem-se como exemplo Júlio Braga (1992) e Fábio Macedo Velame (2007). Júlio Braga ressalta que historicamente até o início da década de 1970 a Ilha de Itaparica vivia um tanto quanto isolada de Salvador, porém com a sua interligação através do sistema Ferry-Boat e pela Ponte do Funil alcançando as imediações das Cidades de Nazaré das Farinhas facilitou tornar o reduto de Itaparica também numa opção de entretenimento, impactando diretamente no processo de urbanização do local. Já Fábio Velame (2007), além de revelar a relação histórico-social da religiosidade do culto egungum e as características



SALVADOR E SUAS CORES [2025]
Patrimônios Africanos e Afro diaspóricos em Espelho

arquitetônicas e espaciais do Terreiro Ilê Agboulá, ele especificou que a partir da década de 1960, a Ilha de Itaparica se tornou um local de balneário muito utilizado pelos estratos sociais de Salvador, principalmente nos anos de 1970. Isso aconteceu pela ação direta do governo do Estado da Bahia, através dos planejamentos sistemáticos da CONDER⁶.

Indo além do sistema Ferry-Boat e da Rodovia BA-001 que cruza a Ilha de Itaparica através da Ponte do Funil, Fábio Velame destacou a implantação de edificações e serviços urbanos, a exemplo dos hospitais, delegacias, postos de saúde, escolas, estradas, abastecimento de água entre outras instalações. Essa modernização de certa forma impulsionou a especulação imobiliária em toda Ilha facultando na sua expansão comercial, alterando drasticamente os meios de subsistência bem como os modos de viver da população residente. Um processo que influenciou inclusive o cotidiano de membros da sociedade egungum, o que gerou novas formas de labor, novas relações sócio-religiosas e domésticas.

Na atualidade, o Plano Urbano Intermunicipal (PUI) previsto no cronograma físico-financeiro no contrato nº 002/2014, apresenta uma proposta para garantir a preservação ambiental, a promoção do desenvolvimento sócio-econômico cultural e territorial de Itaparica bem como integrá-la aos demais municípios da Região Metropolitana da Cidade de Salvador (RMS), Recôncavo e Baixo Sul. O projeto foi elaborado pela iniciativa da Secretaria de Desenvolvimento Urbano

⁶Tendência que se consolidou com o Plano Diretor da Ilha de Itaparica de 1978, da CONDER – Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador, que retoma alguns pontos do Plano de Itaparica de Peltier de Queiroz. O Plano Diretor de 1978 considera a Ilha de Itaparica como uma área de balneário, uma opção de lazer, e diversão para a população da cidade de Salvador, propondo equipamentos urbanos, e infra-estrutura para viabilizar este cenário para a Ilha de Itaparica.



SALVADOR E SUAS CORES [2025]
Patrimônios Africanos e Afro diaspóricos em Espelho

(SEDUR) e pelo Consórcio DEMACAMP/INSTITUTO PÓLIS/OFICINA⁷. Com o objetivo de preparar a Ilha de Itaparica para as transformações previstas pelo projeto da ponte Salvador-Itaparica, identificada no PUI através da implantação do Sistema Viário Oeste (SVO).



Figura 4 projeto da ponte Salvador-Itaparica. Fonte:
<https://pontesalvadoritaparica.com.br/galeria-de-fotos/>

No tocante ao projeto para construção da ponte, incorre-se uma informação publicada pela versão brasileira da agência de notícia conhecida por Intercept Brasil, ao divulgar o acesso que teve às páginas do Relatório de Avaliação de Impacto do Patrimônio Imaterial. Se trata de um relatório que foi encomendado pelo governo do Estado da Bahia como parte do processo de licenciamento do

⁷ <https://polis.org.br/publicacoes/pui-plano-urbano-intermunicipal-itaparica-e-vera-cruz>. DECAMP é uma empresa que realiza estudos urbanísticos, levantamentos patrimoniais e trabalhos de habitação. Já o Instituto PÓLIS é uma organização da sociedade civil (OSC) sem fins lucrativos que atua na defesa do direito à cidade.



SALVADOR E SUAS CORES [2025]
Patrimônios Africanos e Afro diaspóricos em Espelho

Sistema Rodoviário Oeste para a construção da Ponte Salvador-Itaparica⁸. Foi mapeado no estudo, a existência de comunidades-terreiro de matriz africana na composição do cenário sócio-religioso de Itaparica. Essas comunidades podem sofrer impactos provenientes de demolições ou de remoções dos seus espaços históricos e sagrados, também pela degradação ambiental do seu entorno.

O Intercept Brasil também noticiou que além da ponte Salvador-Itaparica, o projeto se estende em quatro quilômetros para um novo sistema viário em Salvador, o que inclui quatro viadutos e dois túneis. Já para o cenário da Ilha, formada pelos Municípios de Itaparica e Vera Cruz, está previsto a construção de uma nova rodovia, uma duplicação de trecho da rodovia BA-001 juntamente com a instalação de novos equipamentos de pedágios. Consiste num empreendimento de parceria público-privada, proposta pelo governo da Bahia e executada pelo **Consórcio Ponte Salvador-Itaparica**, constituído por duas empresas chinesas: *China Railway 20th Bureau Group Corporation* e *China Communications Construction Company*. Nos interessa neste ponto, ressaltar que o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), mencionou apoio para uma manifestação que se organizou no mês de setembro de 2025 em frente à comunidade do Barro Branco em Itaparica. A mobilização foi realizada pelas comunidades-terreiro, indígenas tupinambás, pescadores e marisqueiras e, teve como objetivo (re)discutir a construção do empreendimento imobiliário que ameaça a área onde está situado o Terreiro Ilê Tuntum Olukotun. Uma comunidade-terreiro instalada no território do Distrito do Barro Branco,

⁸ <https://www.intercept.com.br/2024/12/17/obra-da-ponte-salvador-itaparica-ameaca-terreiros-historicos-na-bahia/>



SALVADOR E SUAS CORES [2025]
Patrimônios Africanos e Afro diaspóricos em Espelho

reconhecida como Patrimônio Cultural Material do Estado da Bahia e que tem o culto mais antigo aos ancestrais egungum em atuação no país⁹.



Figura 5 manifestantes se reuniram no terreiro Tuntum e em seguida ocuparam a BA-532 –
Luciana Silveira/CEAS. Fonte: <https://ceas.com.br/em-itaparica-ba-comunidade-protesta-contra-ameaca-a-um-dos-terreiros-mais-antigos-do-pais/>

A imagem acima exhibe lideranças do Terreiro Ilê Tuntum Olukotum se reunindo numa grande roda de conversa para discutir a respeito dos impactos que podem ser gerados pela construção da ponte Salvador-Itaparica. Entretanto, na proposta para urbanizar a ilha, a Gestão Municipal de Itaparica propõe construir algumas unidades habitacionais do empreendimento *Minha Casa, Minha Vida* no entorno das dimensões territoriais da comunidade-terreiro Ilê Tuntum Olukotun. Espaço visto como sagrado pelos membros da sociedade religiosa Tuntum, porque foi passado de geração em geração com data de fundação de 1850, conseqüentemente a sua historicidade encontra-se profundamente

⁹ <https://ceas.com.br/em-itaparica-ba-comunidade-protesta-contra-ameaca-a-um-dos-terreiros-mais-antigos-do-pais/> texto: Lorena Andrade, editado por: Maria Teresa Cruz.



SALVADOR E SUAS CORES [2025]
Patrimônios Africanos e Afro diaspóricos em Espelho

enraizada pela preservação da memória africana. Um território de resistência cultural, religiosa comunitária e que está localizado numa área de Mata Atlântica, onde estão situados outros terreiros tradicionais. O sociólogo Muniz Sodré (2002) mostra uma compreensão na qual ao lado de antigas populações escravizadas, o terreiro de candomblé afigura-se enquanto uma forma social negro-brasileira por excelência. E na relação sócio-espacial proposta por uma comunidade religiosa tendo em vista a sua originalidade existencial, obtêm-se traços fortes de subjetividade histórica das classes subalternas no Brasil.

Santana Sobrino (2021) presume que a herança africana reconstruiu no solo brasileiro uma parte da sua civilização, prosseguindo numa expansão religiosa com o máximo de essência da sua tradição africana. Em outras palavras, as populações de nações africanas que se fixaram na Bahia no período marcado pelo o final do século XVIII e início do século XIX, conseguiram sobreviver até a contemporaneidade mesmo com a conjuntura social das metrópoles brasileiras. Nesse sentido, a religiosidade do culto egungum se concretiza como um valor característico da cultura negra e expande suas comunidades-terreiro através dos seus descendentes, guardiões da tradição e da imortalidade. Por isso o *Ilê Tuntum Olukotun* é acima de tudo um território negro por excelência.

Considerações

O universo da prática religiosa africano-brasileira no Vilarinho de Ponta Areia tem referências no culto originário de povos africanos trazidos da cidade de Ketu (região do Benim) e da região de Oyó (Nigéria), com suas referências remontadas no Brasil a partir do início do século XIX. Na Ilha de Itaparica o culto egungum absorve profundas raízes da cultura local oferecendo uma visão detalhada das celebrações e rituais que marcaram Itaparica, preservando a memória de um importante registro ancestral. Porém, o processo de mudanças sócio-habitacionais fruto das transformações urbanas, os impactos da política



SALVADOR E SUAS CORES [2025]
Patrimônios Africanos e Afro diaspóricos em Espelho

racial e da modernidade imposta pela estrutura social e capitalista, favoreceu o deslocamento de comunidades-terreiro em busca de áreas mais reservadas e propícias para seus rituais. Isso porque o capitalismo tende a superar as barreiras espaciais que são construídas transversalmente pelos valores sociais, culturais e religiosos. Contudo, as tecnologias utilizadas pelo avanço do capital impõem uma ideologia que termina banindo as territorialidades culturais e as relações sagradas entre as pessoas e seu espaço circundante.

Logo, é correto afirmar que o processo de mudanças sociais que se procedeu em função das transformações ocorridas na Ilha de Itaparica passou a integrá-la como uma opção de lazer para a população de Salvador e turistas, gerando grande impacto no modo de vida dos seus povoados. Uma vez que Itaparica até o início dos anos de 1970 tinha contatos restritos com a Cidade de Salvador, por isso, afirma-se que a forma urbana dos territórios negros emergentes em Itaparica está impregnada de aspectos humanos profundamente influenciados pela cultura ancestral, carregando a etnicidade por recordar povos originários. A configuração contemporânea de um território negro acontece através dos símbolos que podem promover as diferentes formas espaciais. As dimensões morfológicas emergentes e analisadas na configuração urbanística da Ilha de Itaparica referente às comunidades-terreiro do Alto da Bela Vista e do Distrito do Barro Branco, formaram-se pelos deslocamentos de suas práticas religiosas. Pontua-se que a problemática deste artigo insere-se no complexo das razões investigadoras sob as quais possibilita contextualizar territórios negros como formas urbanas das populações no Brasil.

Referências

BATTAUS, D.M. de A.; OLIVEIRA, E. A. B. de. **O direito a cidade**: urbanização excludente e política urbana brasileira. Lua Nova: Revista de Cultura e Política. São Paulo: CEDEC, n.97, jan./abr., 2016, p. 81-106.



SALVADOR E SUAS CORES [2025]
Patrimônios Africanos e Afro diaspóricos em Espelho

BRAGA, júlio. **Ancestralidade afro-brasileira**: o culto de babá egum. Salvador: CEAO/Ianamá, 1992.

CUNHA JUNIOR, Henrique. **Afrodescendência e espaço urbano**. In CUNHA JUNIOR, Henrique; RAMOS, Maria Estela Rocha. In: Espaço urbano e afrodescendência: estudos das espacialidades negra urbana para o debate das políticas públicas. Fortaleza: Edições UFC, 2007, p. 62 -87.

CUNHA JUNIOR, Henrique. **Bairros negros, a forma urbana das populações negras no Brasil**: disciplina da pós-graduação em arquitetura e urbanismo. Crítica e Sociedade. Uberlândia: v. 10, n. 1, 2020, p. 16 - 27.

CUNHA JUNIOR, Henrique. **Os princípios das formas**. Revista espaço acadêmico, nº 108, maio de 2010, p. 81 - 92.

Governo do Estado da Bahia. **Plano Urbano Integrado (PUI)**, 2017.

<https://polis.org.br/publicacoes/pui-plano-urbano-intermunicipal-itaparica-e-vera-cruz>

KULLMANN, M. R. (2025). **A Lacuna no Conhecimento de Pós-Graduandos sobre o Continente Africano**: Caminhos para um ensino comprometido com a justiça social. *Salvador E Suas Cores*, 1(8).

MARIANO, Agnes; JAQUES, Dadá; QUEIROZ, Aline. **Obaràyí**: Babalorixá Balbino Daniel de Paula. Salvador: Barabô, 2009.

PIMENTEL, Ubaldo Osório. **A ilha de Itaparica**: história e tradição. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1979.

SANTANA SOBRINHO, José. **Terreiros egúngún**: um culto ancestral afro-brasileiro. 2ª edição. Salvador, 2021.



SALVADOR E SUAS CORES [2025]
Patrimônios Africanos e Afro diaspóricos em Espelho

SANTOS, Milton. **O centro da cidade de Salvador**: estudo de geografia urbana. 2.ed. Salvador: EDUFBA, 2008.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade**: a forma social negro-brasileira. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2002.

VELAME, Fabio Macedo. **A arquitetura do terreiro de candomblé de culto aos egum**: o omo ilê aboulá. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 2007.